Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica
Rio de Janeiro: vol. 17, nº 1, janeiro-abril, 2025, p. 156-171.

https://doi.org/10.15175/1984-2503-202517109

Artigos

Metaconstitucionalismo, questões humanitárias e dignidade da pessoa humana na era pós-moderna

Guilherme Sandoval Góes* [I, II, III, IV, V, VI]
Carlos Alberto Leite da Silva** [VI, VII]

[I] *Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
[II] *Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
[III] *Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
[IV] *Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
[V] *Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
[VI] *Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
[VII] *Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil*

Resumo

O presente trabalho acadêmico objetiva estabelecer diálogos científicos entre os conceitos de metaconstitucionalismo, questões humanitárias e dignidade da pessoa, considerando o cenário de estatalidade pós-moderna, ainda em construção e de elevada complexidade. Tem como base fundante o exame da importância do metaconstitucionalismo tanto para o Direito Internacional Humanitário (DIH) quanto para o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), na sua vertente cosmopolita do regime jurídico de proteção da dignidade humana. Destarte, a partir de uma metodologia dedutiva, parte-se da premissa de que o metaconstitucionalismo é o principal ponto de convergência dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário para os conflitos da pós-modernidade. Conclui-se que a garantia de vida digna em escala planetária encontra seu maior obstáculo na inexistência de um sistema jurídico metaconstitucional de inspiração kantiana, que transcenda a proteção constitucional dos Estados soberanos.

Palavras-chave: metaconstitucionalismo; dignidade da pessoa humana; direito humanitário.

Metaconstitucionalismo, cuestiones humanitarias y dignidad de la persona humana en la era posmoderna

Resumen

El objetivo de este trabajo académico es establecer diálogos científicos entre los conceptos de metaconstitucionalismo, cuestiones humanitarias y dignidad de la persona, teniendo en cuenta el escenario de la estatalidad posmoderna, aún en construcción y de gran complejidad. Se parte de un examen de la importancia del metaconstitucionalismo tanto para el Derecho Internacional Humanitario (DIH) como para el

* Doutor em Direito Internacional e da Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Professor de Direito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Cândido Mendes. Professor de Geopolítica e de Direito da Escola Superior de Guerra e da Universidade da Força Aérea. *E-mail*: guilherme.sandoval@terra.com.br. http://lattes.cnpq.br/2871461339617415. https://orcid.org/0000-0002-0939-0274

** Doutorado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea. *E-mail*: leite2000@hotmail.com. http://lattes.cnpq.br/1112411094700706. https://orcid.org/000-0001-9039-4696

Recebido em 20 de agosto de 2024 e aprovado para publicação em 14 de janeiro de 2025.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Derecho Internacional de los Derechos Humanos (DIDH), en su vertiente cosmopolita del régimen jurídico de protección de la dignidad humana. Así, partiendo de una metodología deductiva, se parte de la premisa de que el metaconstitucionalismo es el principal punto de convergencia de los derechos humanos y el derecho humanitario en los conflictos posmodernos. La conclusión es que la garantía de una vida digna a escala planetaria encuentra su mayor obstáculo en la falta de un sistema jurídico metaconstitucional de inspiración kantiana que trascienda la protección constitucional de los Estados soberanos.

Palavras-chave: metaconstitucionalismo; dignidad de la persona humana; derecho humanitario.

Metaconstitutionalism, humanitarian issues and human dignity in the postmodern era

Abstract

This academic paper aims to establish scientific dialogues between the concepts of metaconstitutionalism, humanitarian issues and the dignity of the person, considering the postmodern statehood scenario, which is still under construction and highly complex. It is based on an examination of the importance of metaconstitutionalism for both International Humanitarian Law (IHL) and International Human Rights Law (IHRL), in its cosmopolitan aspect of the legal regime for the protection of human dignity. Thus, based on a deductive methodology, we start from the premise that metaconstitutionalism is the main point of convergence of Human Rights and Humanitarian Law for post-modern conflicts. The conclusion is that the guarantee of a dignified life on a planetary scale finds its greatest obstacle in the lack of a Kantian-inspired metaconstitutional legal system that transcends the constitutional protection of sovereign states.

Keywords: metaconstitutionalism; human dignity; humanitarian law.

Métaconstitutionnalisme, questions humanitaires et dignité humaine à l'ère postmoderne

Résumé

L'objectif de cet article académique est d'établir un dialogue scientifique entre les concepts de métaconstitutionnalisme, de questions humanitaires et de dignité humaine, en considérant le scénario de l'État postmoderne, qui est encore en construction et très complexe. Il se fonde sur un examen de l'importance du métaconstitutionnalisme pour le droit international humanitaire (DIH) et le droit international des droits de l'homme (DIDH), dans son aspect cosmopolite du régime juridique de protection de la dignité humaine. Ainsi, sur la base d'une méthodologie déductive, la prémisse est que le métaconstitutionnalisme est le principal point de convergence des droits de l'homme et du droit humanitaire pour les conflits post-modernes. La conclusion est que la garantie d'une vie digne à l'échelle planétaire trouve son plus grand obstacle dans l'absence d'un système juridique métaconstitutionnel d'inspiration kantienne qui transcende la protection constitutionnelle des États souverains.

Mots-clés : métaconstitutionnalisme ; dignité humaine ; droit humanitaire.

后现代时期的元宪政、人道主义问题和人类尊严

摘要

在高度复杂的后现代国家情景中，本文旨在元宪政、人道主义问题和人类尊严等概念之间建立科学的对话。作者分析元宪法主义对于国际人道主义法(IHL)和国际人权法(IHRL)在保护全人类尊严的法律制度的重要性。作者认为，元宪政主义是人权法与人道法在后现代冲突中的主要交汇点。基于演绎法，本文得出的结论是，在全球范围内保障有尊严的生活的最大障碍在于缺乏一个元宪法体系(康德式)，该体系可以超越主权国家的宪法的篱番。

关键词：元宪政；人的尊严；人道主义法。

Metakonstitutionalismus, humanitäre Fragen und die Würde der menschlichen Person in der Postmoderne

Zusammenfassung

Ziel dieser wissenschaftlichen Arbeit ist es, einen wissenschaftlichen Dialog zwischen den Konzepten des Metakonstitutionalismus, der humanitären Fragen und der Menschenwürde herzustellen, unter Berücksichtigung des Szenarios der postmodernen Staatlichkeit, die sich noch im Aufbau befindet und sehr komplex ist. Er basiert auf einer Untersuchung der Bedeutung des Metakonstitutionalismus sowohl für das Humanitäre Völkerrecht (HVR) als auch für das Internationale Menschenrechtsgesetz (EMRG) in seinem kosmopolitischen Aspekt des Rechtssystems zum Schutz der Menschenwürde. Auf der Grundlage einer deduktiven Methodik wird daher davon ausgegangen, dass der Metakonstitutionalismus der wichtigste Konvergenzpunkt zwischen Menschenrechten und humanitärem Recht in postmodernen Konflikten ist. Die Schlussfolgerung ist, dass die Garantie eines menschenwürdigen Lebens auf planetarischer Ebene ihr größtes Hindernis im Fehlen eines kantisch inspirierten metakonstitutionellen Rechtssystems findet, das über den verfassungsmäßigen Schutz souveräner Staaten hinausgeht.

Schlüsselwörter: Metakonstitutionalismus; Menschenwürde; humanitäres Recht.

Introdução

Este trabalho pretende examinar a perspectiva que se apresenta para a democracia pós-moderna, em tempos conturbados de Guerra na Ucrânia e do Conflito Israel x Hamas, nos quais desponta grave violação de questões humanitárias e de direitos humanos.

Não se trata apenas de violação do *jus ad bellum* enquanto direito de uso da força por parte de um Estado nacional, mas, também do *jus in bello* como regras impostas pelo Direito Internacional Humanitário (DIH). Com efeito, pretende-se examinar os impactos desses conflitos internacionais da contemporaneidade tanto para a ordem jurídica de proteção dos direitos humanos, quanto para a ordem geopolítica mundial.

Eis aqui a importância da dignidade humana como valor transcendente e fundamental na construção de um Direito Metaconstitucional-Kantiano, que busca garantir a dignidade da pessoa humana de todo e qualquer cidadão do mundo, inspirado na ideia-força de que a violação de um direito humano em uma região pobre da África ou da América Latina deveria ter as mesmas repercussões em todas as nações do planeta, inclusive nas nações mais ricas. Essa é uma visão de democracia cosmopolita necessária para entender a importância da universalização dos direitos humanos, cuja exegese revela que a violação de direitos não afeta apenas as pessoas diretamente envolvidas, mas também a dignidade humana de todas as pessoas em todo o mundo (Góes, 2023a, p. 268).

Assim, esta pesquisa aborda a importância do metaconstitucionalismo para o Direito Humanitário, apresentando a relevância do conceito de dignidade humana. Para tal o texto discorre sobre a evolução no século XX da discussão sobre Direitos Humanos e sua relação com os conflitos armados na atualidade.

Nos primeiros doze anos do pós Guerra Fria (de 1990 a 2001), cinquenta e sete grandes conflitos aconteceram em quarenta e cinco países. Na primeira metade desse período, o número de conflitos em qualquer ano esteve entre vinte e oito a trinta e três. Ainda, para o autor, desde 1998 o número de conflitos se manteve ao redor de vinte e cinco por ano. No ano de 2003, conflitos estavam ocorrendo em lugares tão díspares como: Afeganistão, Argélia, Burma, Burundi, Colômbia, Costa do Marfim, Filipinas, Índia, Indonésia, Iraque, Israel, Paquistão, República Democrática do Congo, Rússia, Somália, Siri Lanka e Sudão, dentre outros.

A alteração do tipo de enfrentamento em conflitos armados, no final do século XX, permite o entendimento da nova dimensionalidade presente no enfrentamento de forças militares, grupos hegemônicos, e na ampliação da vitimização em regiões periféricas.

Portanto, quase todos os mais sangrentos conflitos nesse período foram “intraestatais” ou “interestatais” com implicações regionais, sendo que somente quatro podem ser chamados de conflitos interestatais convencionais: Guerra do Golfo de 1991, a guerra fronteiriça entre Etiópia e Eritréia, entre 1998 e 2000, o conflito de Kargil, entre Índia e Paquistão, em 1999, e a Guerra do Iraque, em 2003. O predomínio de conflitos intra-estatais é significativo.

A abordagem reflete uma perspectiva relevante para o século XXI, por congregar a complexidade de fatores presentes na ação de atores unitários, organismos multilaterais, grupos hegemônicos, dentre outros; refletindo sobre elementos a serem considerados para a proteção de vítimas em conflitos armados.

Discutir conflitos armados em um cenário onde o metaconstitucionalismo criou elementos de entendimento sobre a razoabilidade no tratamento da pessoa humana, permite suplantar o arcabouço jurídico estatal, na conjugação de esforços por uma legislação inclusiva e globalizante. Essa perspectiva permite entender a atuação de organismos multilaterais em cenários complexos e com grande número de vitimados. Cito:

- Kosovo, 1999
- Serra Leoa, 2002
- Libéria, 2004
- Somália , 2006
- Chade, 2008
- Síria, 2011
- Niger e Mali, 2013
- Ucrânia, 2021

Trata-se de áreas periféricas com grande número de refugiados e deslocados. Basta lembrarmos que em 2023 já possuímos mais de 11 (onze) milhões de refugiados e deslocados na Síria, mais de 5 (cinco) milhões de refugiados na Ucrânia e 4 (quatro) milhões de refugiados no Sahel Africano.

A discussão sobre o metaconstitucionalismo permite uma abordagem que valoriza os elementos fundamentais da representação da raça humana, implícitos no conceito de dignidade humana, pela possibilidade de reconhecimento do gênero humano na sua plenitude.

Essa é a visão de democracia cosmopolita necessária para entender o metaconstitucionalismo e a universalização dos direitos humanos, cuja exegese revela que a violação de direitos não afeta apenas as pessoas diretamente envolvidas, mas também a dignidade de todos os seres humanos do planeta.

A ordem civilizatória metaconstitucional pressupõe a consolidação de um Estado Universal de Direito dessa natureza, que não se coaduna com o uso geopolítico dos direitos. Urge, pois, rejeitar tal uso geopolítico dos direitos humanos, viabilizado a partir de intervenções em outros países, em nome da necessidade de proteger direitos humanos da população local.

Em linhas gerais, este trabalho acadêmico pretende demonstrar que a proteção universal dos direitos humanos está intrinsecamente ligada ao metaconstitucionalismo e à dignidade da pessoa humana, que devem ser deslocados para o centro da ordem mundial pós-moderna, ainda em construção.

Enfim, esse é o espectro temático do presente artigo.

A dignidade da pessoa humana como eixo central da proteção universal dos direitos humanos

Considerando a Dignidade Humana como o conjunto de valores representativos da humanidade, a mesma tem direta relação como principal bem tutelado ao Direito Humanitário na proteção de vítimas.

Sobre o assunto, tratar da universalidade dos Direitos Humanos, em tempo de conflitos armados é fundamental para o entendimento das diversas discussões presentes no aprimoramento da proteção à pessoa humana. O acordo entre diferenciadas abordagens sociais, em termos globais, será possível pela conjugação de direitos mínimos e da garantia de direitos consagrados pelos estados signatários, principalmente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

A eficácia dos mecanismos garantidores do sistema de direitos humanos é praticável pelo desenvolvimento de um arcabouço legal, diretamente vinculado às normas jurídicas dos estados envolvidos, mediante a positivação.

Entende-se dignidade como o princípio pelo qual se consagra o acesso ao direito, independentemente de circunstâncias como raça, religião, sexo, grupo social ou filiação política. A dignidade é referida não ao indivíduo, mas à humanidade, em se tratando de uma categoria que abriga e protege a existência e o exercício de diferentes capacidades acima mencionadas.

A relevância deste conceito para o metaconstitucionalismo é fundamental para o aprimoramento da sua apreciação como norteador das condutas nas sociedades, pautadas pelo direito. A validade dos direitos humanos abrange as pessoas, de uma nacionalidade ou não, mediante argumentos racionais e morais. O direito normatiza princípios basilares das sociedades, se colocando entre o princípio da moral e a disposição social, com valorização pelo estado democrático.

A discussão sobre metaconstitucionalismo permite uma abordagem sobre o "reconhecimento do outro" e o entendimento da discussão acerca de Auchwitz, discutida por Theodor Adorno e Hannah Arendt. Busca-se na abordagem de Kant uma possibilidade de visão benéfica para a interação do homem, mediante a edificação de condições sociais e humanas, em meio a conflitos de interesses complexificados na contemporaneidade, com a descolonização, a atuação de empresas e interesses hegemônicos de forma globalizante.

O conflito armado na região de Cabo Delgado, em Moçambique, nos anos de 2022 e 2023, já implicou na presença de quase um milhão de refugiados na Tanzânia e Moçambique, em uma conflagração que rompe com os conceitos próprios de conflitos armados internacionais e não-internacionais e aponta uma abordagem "transnacional".

A autora mostra o progressivo movimento de eliminação das pessoas da vida em sociedade, seguido pela destruição da identidade e a limitação ao acesso. Os passos que se seguem tratam do aprimoramento da anulação de direitos e o paulatino processo de destruição da consciência das pessoas até o seu extermínio nos campos de concentração. Todo este processo é descrito como uma imensa máquina que vai digerindo as pessoas, desenvolvida em um processo de intolerância hegemônica. Ressalto ainda a referência à obra de Celso Lafer (1988, p. 27), apontando a convergência dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, após a 2ª Guerra Mundial.

A discussão sobre o papel da violência perpetrada por grupos armados, no século XXI, fortemente armados e a discussão sobre subjetividade é relevante no entendimento da importância de uma abordagem multidisciplinar que permite a valorização de organismos de promoção ao desenvolvimento da pessoa humana.

Autores contemporâneos, como Monica Herz e Roberto Yamato (2018), ressaltam a relevância do debate filosófico e político dos últimos trezentos anos sobre a relação entre o mundo social e a violência, ressaltando o papel da limitação e sua positivação como regras internacionais de redução da violência. Trata-se de uma tendência que se amplia com a realidade presente na multidimensionalidade de ameaças no século XXI. Cabe o destaque para a discussão sobre convergência entre Direitos Humanos e Direitos Humanitários, pela ampliação do escopo de proteção, que transcende as ameaças ao Estado e passa a considerar as violações aos indivíduos, a grupos de identidade, regiões, civilizações ou meio ambiente.

A abordagem citada relaciona as ações humanas como constituídas de condições psicológicas. Um entendimento que permite a compreensão da subjetividade e política, partindo da perspectiva de uma abordagem multidisciplinar que diferencia a sociedade austríaca no final do século XIX, abarcando a Filosofia, Literatura e nas abordagens estéticas da Literatura e da Arquitetura, pelo seu caráter estético e expressivo.

Autores modernos como Theodor Adorno e Hannah Arendt (Herz; Yamato, 2018, p. 18) se associam a estudiosos que discutem as Relações Internacionais, como Eric Hobsbawn (2007), trata da quebra do monopólio do uso da força e a dispersão da violência, em conflitos que se multiplicam, a partir do final do século XX, mas que apresentam sérias violações aos direitos humanos para a população civil. Tais abordagens convergem para a proposta do presente trabalho no entendimento das dificuldades para o desenvolvimento de um aparato de proteção às vítimas em conflitos armados contemporâneos.

Hannah Arendt (*apud* Lafer, 1988. p. 108) critica a tentativa de regimes totalitários em tornar o ser humano supérfluo pela morte da personalidade jurídica, destruição da personalidade moral e eliminação da singularidade da pessoa humana. Lafer (1988. p. 108) sobre esta autora, diz que: “Hannah Arendt cita algumas características presentes no totalitarismo nazista que permitiram a exclusão de populações. O primado do movimento, delimitando o amorfismo jurídico da gestão totalitária”.

Ressalta-se a importância da abordagem de Arendt ao refletir sobre a convergência, no início do século XXI, de uma abordagem para o Direito Humanitário do chamado “Direito da Humanidade”. Trata-se da possibilidade de convergência entre o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos, com a inserção de novos atores, além daqueles discutidos no florescimento das Convenções de Genebra e Haia, a partir de 1864. Além da perspectiva de entendimento do tratamento de meios e métodos, e a proteção às vítimas, em uma relação entre Estados, novos atores se interpõem: organizações transnacionais,

meio-ambiente e ameaças com ampla dispersão global, valorização da pessoa humana (Herz; Yamato, 2018, p. 10). Herz e Yamato (2018, p. 11) citam:

> [...] haveria uma relação fundamental entre o declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos do homem, na medida em que ter "um direito de ter direitos" implicaria um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada: com uma humanidade completamente organizada (por meio de Estados-Nações), a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade". À sombra da arquitetura da sociedade internacional interestatal, os Estados-Nação pactuam uma espécie de "conspiração de silêncio", sobre os "direitos e deveres de seus respectivos cidadãos.

Ainda para a autora, o Holocausto pode ser considerado um evento catalizador que fez com que os direitos humanos fossem reconhecidos como uma questão própria da política mundial, tendo os horrores do nazismo suscitado a reconstrução internacional dos "direitos do homem" como direitos humanos.

Trata-se de apresentar uma abordagem que privilegia o desenvolvimento e a segurança, novos atores na governança global e o Direito da Humanidade (Herz, 2018, p. 10).

A temática envolvendo essa nova agenda é fundamental, na medida em que irá servir de base para a proposição de um sistema de governança global de inspiração kantiana, que congregue os conceitos de desenvolvimento e segurança nacionais sob a visão de uma ordem geopolítica multipolar, bem como a ideia de novos atores na governança global e direito cosmopolita (direito da humanidade) sob a ótica da dignidade da pessoa humana em escala planetária.

Metaconstitucionalismo: aspectos geopolíticos e a dimensão cosmopolita dos direitos humanos

Antes de enfrentar a temática das relações entre o metaconstitucionalismo, a geopolítica e a dimensão cosmopolita dos direitos humanos, é preciso antes examinar o conceito de pós-modernidade, enquanto condição filosófica-(geo)política-jurídicada sociedade capitalista contemporânea.

Tal abordagem é muito controvertida, seja na doutrina pátria, seja na doutrina estrangeira. Embora seja um termo amplamente utilizado, o conceito de pós-modernidade não possui um arquétipo inequívoco em relação aos seus fundamentos éticos, filosóficos, jurídicos e, principalmente, geopolíticos.

Diante de tal realidade conceitual ampla e complexa, impende colocar foco nos estudos da pós-modernidade nos campos da geopolítica e da proteção universal dos direitos humanos, objetos centrais do presente trabalho.

No que tange à ordem geopolítica pós-moderna aqui vislumbrada como a ordem geopolítica pós-Guerra da Ucrânia/pós-Conflito Israel x Hamas, pode-se afirmar que seu perfil de evolução seguiu as seguintes etapas: ordem geopolítica eurocêntrica (1648-1945); ordem geopolítica bipolar (1945-1989); ordem geopolítica da *pax americana* (1989-2008); e a atual ordem geopolítica pós-moderna, que ainda se encontra em construção.

Em termos simples, pode-se sintetizar o momento atual da evolução da ordem geopolítica mundial como sendo a passagem de um mundo unipolar americano (*pax americana*) para uma nova ordem geopolítica, que vem sendo disputada por duas grandes correntes: de um lado, o controle dos eventos mundiais feito pelas potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos, dentro de uma perspectiva de resgate da unipolaridade da *pax americana* e, do outro, o controle dos eventos mundiais realizado pelas potências revisionistas governadas pela China, dentro de uma perspectiva de transição para a multipolaridade de escopo global.

De notar-se, portanto, que a ordem geopolítica pós-moderna representa na realidade a concepção de um novo conceito de *lebensraum*, vale dizer, de um novo espaço vital, como condição de possibilidade de expansão de poder geopolítico de um Estado. Com efeito, não se pode ilidir que, ao longo da história, a geopolítica, as relações internacionais e o direito sempre estiveram pautadas em dois grandes alicerces: a guerra e o comércio.

a) É nesse diapasão que Bobbitt (2003, p. 1) mostra que: “uma nova forma de Estado (o Estado-mercado) está emergindo desse relacionamento, mais ou menos do mesmo modo como surgiram as formas anteriores, desde o século XV: como consequência da guerra. Dessarte, na visão de Bobbitt (2003), a ordem internacional dos Estados principescos nasce com a Paz de Augsburgo de 1555 que pôs fim às Guerras entre os Habsburgos e os Valois (1515-1555), seguindo-se as demais ordens internacionais, a saber:a ordem internacional dos Estados régios que nasce a partir da Paz de Vestfália de 1648 que encerra a Guerra religiosa dos Trinta Anos (1618-1648);
b) a ordem internacional dos Estados territoriais que surge a partir do Tratado de Utrecht de 1713 que põe fim às Guerras de Luis XIV (1667-1713);
c) a ordem internacional das Nações-estado que desponta após o Congresso de Viena de 1815 que termina com as Guerras da Revolução francesa (1792-1815);
d) a ordem internacional dos Estados-nação que nasce a partir do Tratado de Versalhes de 1919 que marca o fim da Longa Guerra (1914-1990);
e) a ordem internacional dos Estados-mercado que surge a partir da Paz de Paris de 1990 e que perdura até os dias de hoje.

Realmente, não se pode negar que a “geopolítica entre as nações” sempre foi moldada por interesses comerciais e estratégicos, o que evidentemente ressalta a predominância da dimensão cratológica do Estado no âmbito das relações internacionais, ou seja, a visão do poder estatal a partir da sua capacidade de moldar tanto a ordem jurídica internacional quanto a ordem jurídica interna dos países de seu entorno estratégico e, em escala planetária.

Quanto mais poderoso um Estado nacional no concerto das nações, maior sua capacidade de moldar a ordem internacional em proveito dos seus grandes objetivos estratégicos. Desde os tempos da Cidade-estado do mundo grego clássico, o poder de um Estado é aferido pela sua capacidade de influenciar os outros.

E mais: controlar o processo decisório do sistema internacional sempre foi objetivo das grandes potências, aspecto essencial para a manutenção de suas estruturas hegemônicas de poder, como, por exemplo, hoje em dia, no caso das potências ocidentais, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o G-7, OCDE etc., e, no caso da China, os BRICS, o Banco Asiático, a Rota da Seda e outros).

Em tempos de Guerra Comercial entre Estados Unidos e China, a geopolítica dos centros mundiais de poder busca incrementar seus respectivos controles sobre as cadeias globais de produção, suprimentos e inovação tecnológica, esquivando-se desse modo das limitações jurídicas impostas mutuamente. É a reconfiguração de um novo paradigma de governança global, construindo as bases de uma geopolítica disruptiva focada no poder de estruturas hegemônicas controladas pelas duas superpotências.

Destarte, para evitar fragilidades e ingenuidades no campo científico, é preciso examinar o geodireito, aqui vislumbrado como o ramo da ciência que estuda as relações epistêmicas entre a geopolítica e o direito. Com efeito, os estudos do geodireito não podem descurar desta questão fundamental da moldagem do sistema global de governança pelas potências centrais, que se materializa na busca por mercados e mentes, compreendido como o novo *lebensraum* do Estado Pós-moderno.

Isto significa que o geodireito realça a ideia de que a compreensão do cenário geopolítico fornece o referencial necessário para a formulação de ações estratégicas de um Estado voltadas para a consecução dos seus objetivos fundamentais, que, no caso brasileiro, já estão catalogados no art. 3º, incisos I a IV, da Constituição de 1988.[1]

[1] Os objetivos fundamentais do Estado brasileiro são: a) construir uma sociedade livre, justa e solidária; b) garantir o desenvolvimento nacional; c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988, art. 3º).

Não há como se avaliar o grau de desempenho do Estado brasileiro na consecução de tais objetivos fundamentais sem que se considere o que está acontecendo no cenário geopolítico mundial. Dito de outra forma, a compreensão da geopolítica mundial é condição necessária para a realização dos objetivos fundamentais constitucionais e, na sua esteira, dos direitos fundamentais dos brasileiros, independentemente de sua posição social.

Para analisar a proteção dos direitos humanos, considerando a perspectiva metaconstitucional, é preciso examinar as disputas de poder e influência no tabuleiro geopolítico das potências mundiais. De fato, para construir uma ordem universal que proteja os direitos humanos em escala planetária, será necessário superar a mera proteção dos ciclos democráticos liberais e sociais da proteção constitucional.

É nesse sentido que se insiste na tese de que a universalização plena dos direitos humanos depende da consolidação de uma ordem geopolítica multipolar e de um sistema global de governança cosmopolita.

Vislumbra-se, pois, que o cenário pós-moderno em construção, que também será, a um só tempo, um cenário pós-pandemia e um cenário pós-conflitos da Guerra na Ucrânia e entre Hamas e Israel, deve caminhar para um novo modelo de governança global cosmopolita, regido por ordem multipolar multilateral, capaz de lidar com as tecnologias modernas como a inteligência artificial, ameaças cibernéticas e reconhecimento facial, sem desconsiderar os valores tradicionais da modernidade, e.g., privacidade, liberdade de expressão e livre negociar.

Os impactos negativos da pandemia da Covid-19 que vitimou grandes contingentes da população mundial menos favorecida estão sendo potencializados pela Guerra na Ucrânia e no Oriente Médio, gerando cada vez mais graves violações de questões humanitárias, direitos humanos de mulheres e crianças, grandes deslocamentos forçados, tortura, violência e execuções extrajudiciais.

Portanto, a governança global metaconstitucional deve se basear no equilíbrio de poder entre várias potências, evitando o direito internacional hegemônico calcado no poder das potências nucleares com direito de veto no Conselho de Segurança da ONU.

Eis aqui muito bem caracterizada a tese da “multipolaridade multilateral”, vale dizer a formação de um mundo geopoliticamente multipolar regido por diferentes Estados nacionais dentro de um sistema de equilíbrio de poder, sem nenhuma potência hegemônica e/ou bipolaridade geopolítica. Tal ordem geopolítica multipolar será capaz de edificar um sistema de governança global multilateral, cuja centralidade é a proteção dos direitos humanos cosmopolitas a partir da força normativa dos organismos multilaterais.

Com a devida sensibilidade acadêmica, o leitor haverá de concordar que o Metaconstitucionalismo não se confunde com as outras formas de cooperação internacional na área de direitos humanos, tais como transconstitucionalismo, convencionalismo, interconstitucionalismo e estado de coisas inconstitucional.

Todas essas formas de cooperação internacional não rompem as fronteiras da vontade constitucional do Estado soberano, uma vez que continuam dependentes de ações autônomas de legisladores, administradores e julgadores, cujas decisões não ficam atreladas a nenhum vínculo direto com normas supranacionais cogentes. Vicente Barretto (2010, p. 227-228) destaca que:

> O Metaconstitucionalismo procura libertar-se das normas rígidas e dogmáticas constitutivas de um sistema ao qual possa recorrer diante das ambiguidades da realidade social. As suas raízes deitam-se no discurso legitimador que se processa na sociedade contemporânea, no sentido de controlar o exercício do poder político e do seu braço econômico. A teoria assim desenvolvida permitirá dotar a democracia cosmopolita de argumentos justificadores de instituições aptas a superar e corrigir os impasses e os efeitos equivocados do processo de globalização. (r outro lado, uma teoria constitucional que possa repercutir os valores políticos encontrados na dimensão local e no espaço global.

Em suma, o Metaconstitucionalismo tem seu eixo central direcionado para a garantia de vida digna para todos os habitantes do planeta, sob a égide do Estado Universal de Direito, cujo pilar de sustentabilidade é a substituição do uso geopolítico dos direitos humanos pela verdadeira universalização dos direitos humanos (Góes, 2023b, p. 267).

A imagem de um Estado Universal de Direito ganha relevância quando se considera a situação crítica dos países pobres no Sul Global, notadamente das regiões da África, da Ásia Central e da América Latina, eivadas de miséria humana e exclusão social, clamando por soluções rápidas e definitivas contra a fome, calamidades naturais, saúde debilitada e desigualdades entre pessoas e Estados nacionais. Com precisão Palmer e Colton (1995, p. 1065) destacam:

> O fosso entre ricos e pobres entre as nações, e muitas vezes dentro das nações, não é facilmente superado. Doenças que estão fora do controle imediato, catástrofes naturais e conflitos armados exigem seu custo. O nacionalismo ressurgente alimenta a intolerância e o ódio. [...] O desenvolvimento econômico descontrolado ameaça o meio ambiente e o crescimento populacional pressiona os recursos naturais. São necessárias novas formas de intervenção para sustentar os milhares de milhões da Terra. Mas há um crescente reconhecimento global de todas essas preocupações. Encerrar esta longa história com uma nota de placidez seria, de fato, inadequado, mas também seria encerrá-la com uma nota de condenação.

Em conclusão, é urgente a implantação de um sistema global cosmopolita em contraposição a um sistema de governança global unipolar, seja qual for a potência hegemônica. Assim, em contradição às teses do Fim da História de Fukuyama (1989), da Segunda Chance de Brzezinski (2007) e da visão de Schawartz (2003), todas voltadas para

a estabilidade da *pax americana*, desponta a visão diametralmente oposta da governança global cosmopolita, inspirada na viragem kantiana da universalização dos direitos humanos.

É tempo de concluir, na companhia de Harari (2021, p. 43), quando diz que a história toma rumos inesperados e, após o colapso do fascismo e do comunismo, o liberalismo está agora encalhado. A fusão da tecnologia da informação e da biotecnologia poderá em breve expulsar milhares de milhões de seres humanos da força de trabalho e minar a liberdade e a igualdade.

De tudo se vê, portanto, a relevância do Metaconstitucionalismo, que não nega as bases axiológicas da democracia liberal e da social democracia, mas, apenas destaca suas inaptidões para garantir direitos cosmopolitas de curso universal.

Conclusão

Esse artigo procurou analisar as características do sistema de governança global que poderá surgir na era pós-moderna, ainda em construção. Para tanto, examinou as bases teóricas da transição de um sistema hegemônico de governança global para um sistema de governança cosmopolita de inspiração kantiana, regido por uma geopolítica multipolar.

Em consequência, o presente trabalho acadêmico esforçou-se por demonstrar que a era pós-moderna se caracteriza pela sua incrível velocidade de mutação que, em pouco mais de três décadas, já produziu seis grandes momentos de ruptura paradigmática da História, a saber: a queda do muro de Berlim (1989), a queda das Torres Gêmeas (2001), a crise financeira mundial (2008), a crise da pandemia da Covid-19 (2019), a Guerra da Ucrânia (2022) e o Conflito Hamas x Israel (2023).

Tais eventos projetaram e continuam a projetar impactos relevantes para a formação do sistema de governança global, da ordem geopolítica mundial e do regime jurídico de proteção dos direitos humanos e humanitários. Trazem no seu âmago a revivificação magnificada da tensão geopolítica entre grandes polos de poder global acompanhada de conflitos internacionais, cuja dinâmica atenta contra o *jus ad bellum* e o *jus in bello*.

É nesse diapasão que surge a necessidade de se examinar esse novo modelo de sistema de governança global pós-moderna, que até o presente momento ainda se encontra em construção, sob intensa névoa epistêmica, seja no âmbito da geopolítica mundial, seja no âmbito dos direitos humanos e do próprio direito humanitário.

Observe com atenção que um dos aspectos centrais da Era Pós-moderna se refere à questão do paradigma metaconstitucional dos direitos humanos e da garantia de vida digna em perspectiva cosmopolita. De rigor, na sua centralidade desponta o reconhecimento do princípio da dignidade da pessoa humana como novo eixo axiológico

de um Estado Universal de Direito, seja do ponto de vista de superação da vontade soberana das ordens constitucionais, seja do ponto de vista de imposição de normas cogentes de curso universal.

Diante disso, a discussão apresentada mostrou a relevância do metaconstitucionalismo para a efetividade dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário. Para tanto, a pesquisa levou em consideração a complexidade dos elementos que vitimizam indivíduos e populações nas relações sociais e também nas áreas conflagradas em regiões periféricas do sistema internacional.

Ressalta-se ainda a relevância da discussão da pós-modernidade com a quebra do monopólio do uso da força e a dispersão da violência, que aumenta a valorização da temática em relação aos direitos humanos, direitos de refugiados e vitimados. Trata-se, portanto, de uma abordagem que valoriza o entendimento da humanidade e a importância do conceito de dignidade.

A discussão sobre direitos humanos em áreas de conflitos armados é importante para o entendimento do caráter endêmico de conflitos na Palestina, Sahel Africano, Oriente Médio, por exemplo, além de populações que carecem de insumos sociais básicos para sua sobrevivência. Trata-se de um tema atual e que tem no metaconstitucionalismo seu ponto de convergência de condições adequadas ao ser humano.

Em suma, a implantação de uma ordem mundial pós-moderna, regida por uma governança global cosmopolita projetará um novo ciclo democrático de universalização de direitos humanos, edificado sobre a égide de um verdadeiro Estado Universal de Direito, de iluminação kantiana e cujo eixo dominante será a proteção dos direitos humanos em escala planetária. Com isso, o estudo do metaconstitucionalismo ganha cada vez mais relevância científica, na medida em que aponta para a realização de vida digna para todos os habitantes da face da Terra, independentemente da sua nacionalidade.

Enfim, a governança global cosmopolita simboliza o mais avançado grau de evolução civilizatória da humanidade, podendo-se mesmo afirmar que sua implementação depende diretamente da consolidação de uma ordem geopolítica multipolar, edificada a partir da cooperação multilateral entre todos os povos da Terra. Eis aqui caracterizada a multipolaridade multilateral, que não admite a predominância cêntrica de poderes hegemônicos (Góes, 2023b, p. 137).

Isto significa dizer, por outras palavras, que a força normativa do metaconstitucionalismo dimanará de normas feitas por Estados soberanos regidos por um sistema multipolar de governança global. Em consequência disso, a dignidade humana em

escala planetária estará resguardada por ordem mundial geopoliticamente multipolar e juridicamente metaconstitucional.

Como citar este artigo:

ABNT

GÓES, Guilherme Sandoval; SILVA, Carlos Alberto Leite da. Metaconstitucionalismo, questões humanitárias e dignidade da pessoa humana na era pós-moderna. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, Niterói, v. 17, n. 1, p. 156-171, jan.-abr. 2025. https://doi.org/10.15175/1984-2503-202517109

APA

Góes, G. S., & Silva, C. A. L. (2025). Metaconstitucionalismo, questões humanitárias e dignidade da pessoa humana na era pós-moderna. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, *17*(1), 156-171. https://doi.org/10.15175/1984-2503-202517109

Copyright:

Copyright © 2025 Góes, G. S., & Silva, C. A. L. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2025 Góes, G. S., & Silva, C. A. L. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Editora responsável pelo processo de avaliação:

Gizlene Neder

Fonte

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

Referências

BARRETTO, Vicente de Paulo. *O fetiche dos direitos humanos e outros temas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BOBBITT, Philip. *A guerra e a paz na história moderna*: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Campus. 2003.

BRZEZINSKI, Z. *Second chance*: three presidents and the crisis of american superpower. New York: Basic Books, 2007.

GÓES, Guilherme Sandoval. O controle de metaconstitucionalidade e a universalização dos direitos humanos. *In*: COSTA, Caetano E. Fonseca; GÓES, Guilherme Sandoval (org.). *Desafios da eficácia dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Synergia, 2023a.

GÓES, Guilherme Sandoval. Multipolaridade, governança global e questões humanitárias. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. v. 10, p. 119-139, 2023b. https://doi.org/10.26792/rbed.v10i1.75358

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HERZ, Mônica; YAMATO, Roberto Vilchez. As transformações das regras internacionais sobre violência na ordem mundial contemporânea. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 3–45, jan./mar. 2018. https://doi.org/10.1590/001152582018145

HOBSBAWN, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LAFER, Celso. *A construção dos Direitos Humanos*: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PALMER, Robert Roswell; COLTON, Joel. *A history of the modern world*. New York: McGraw-Hill, 1995.

SCHAWARTZ, Peter. *Cenários*: as surpresas inevitáveis. Tradução de Maria Batista. Rio de Janeiro: Campus, 2003.